



Conselho para as Migrações

Ata

Reunião de 03 de fevereiro de 2016

No dia três do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas 16:30 horas, reuniu em Assembleia, o Conselho para as Migrações, adiante designado por CM, nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros. A reunião teve como único ponto da ordem de trabalhos, a apresentação das principais linhas de atuação do Governo para a área das migrações, apresentado pela Senhora Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino. Presidiu à reunião o Senhor Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, adiante designado Alto-Comissário.

Estiveram presentes e participaram na reunião a Senhora Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino e o Senhor Vogal do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, José Fernandes.

Estiveram presentes os membros do Conselho constantes na lista de presenças da reunião.

Para dar início à reunião o Alto-Comissário deu as boas vindas a todos os Conselheiros presentes, fez uma especial menção à importância do tema da reunião e deu a palavra à Senhora Secretária de Estado, Catarina Marcelino.

A Senhora Secretária de Estado deu também as boas vindas aos Conselheiros, destacou a importância do Conselho e manifestou o seu gosto e interesse em estar presente na reunião. Informou o Conselho de que apesar de todos os esforços realizados e das remarcações efetuadas, por motivos de agendamento de uma reunião de orçamento, o Senhor Ministro não pôde comparecer à reunião, como o previsto. Transmitiu que o Senhor Ministro desejava uma boa sessão de trabalhos e que tencionava logo que possível agendar uma reunião com o Conselho.

Iniciou a sua intervenção referindo que temas como a igualdade, os migrantes e, agora o os refugiados, são assuntos de extrema importância e aos quais estará muito atenta.



b

Considerou como muito importante Portugal ser um país que acolhe e sabe acolher de forma solidária. Mencionou, contudo, ser necessária a obtenção de apoio para que se possa acolher bem os refugiados. Algumas entidades presentes na sala também fazem parte do grupo de trabalho constituído para os refugiados e que é o Senhor Ministro Adjunto que tem a coordenação política do grupo dado o entendimento do Senhor Primeiro Ministro ser o de que a área dos refugiados não pode ser vista apenas pela vertente da segurança e de administração interna mas também pela vertente da integração. Vamos acolher pessoas na ótica de um acolhimento solidário integrador e que respeite a diversidade.

Mencionou como uma das linhas de futura intervenção na área das migrações, uma nova lógica de territorialização das respostas. Sublinhou que, de há uns anos para cá, tem havido respostas baseadas em Fundos Comunitários e que gostava de lançar uma nova geração de Centros Locais de Apoio ao Migrante, em parceria com as autarquias locais, Associações de Imigrantes e ONG, no sentido de desenvolverem trabalho conjunto, com alargamento da rede, chegando a todos com respostas adequadas.

Salientou que as necessidades de resposta aos imigrantes não são iguais em todos os lugares e que, havendo necessidades diferentes, a ideia é chegar de forma mais eficaz a todos. Para isso são necessários critérios para saber onde devem ser alargadas as respostas. Mencionou como muito importante o papel das Autarquias na dinamização das políticas e na capacidade de resposta. Deu como exemplo o que se pretende implementar no Município de Sintra, que vai abrir uma loja do cidadão, para dar um conjunto de respostas com serviços muito idênticos aos dos CNAI. Mencionou como propósito o alargamento dos Planos Municipais com espaços de atendimento como uma estratégia nacional. Temos os serviços de resposta e os Municípios que acompanham todas as questões da interculturalidade. Mencionou estar previsto para breve a abertura de espaços de atendimento aos migrantes no Algarve, em Tavira e Portimão e também muito em breve no Cartaxo. O ACM irá formar gratuitamente as pessoas que irão estar nestes novos Espaços/Postos de atendimento e os fundos serão para ajudar a alavancar os projetos.

De seguida a Senhora Secretária de Estado falou das Comunidades Ciganas, tendo mencionado que a Estratégia Nacional para a Inclusão das Comunidades Ciganas se encontra em implementação e que se pretende dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Informou que o Fundo de Apoio ao Plano Estratégico (FAPE) duplicou o seu valor, o que é muito importante para as comunidades ciganas.

Acrescentou que as questões de igualdade de género e cidadania serão sempre cruzadas. E que também se cruzam questões de igualdade de género, cidadania e minorias étnicas, em problemáticas como os casamentos forçados e precoces.

Mencionou também que a questão da Mutilação Genital Feminina (MGF) é um flagelo dos mais hediondos do ponto de vista daquilo que são os direitos das meninas e das mulheres e que, dado ser um crime público, tem de se ter um olhar atento.

De seguida o Alto-Comissário tomou a palavra, agradecendo à Senhora Secretária de Estado a sua intervenção, passou a uma breve explicação relativa às linhas de apoio e financiamento. Referiu que no horizonte 2016/2021 praticamente metade do orçamento do ACM provem de duas fontes europeias, uma o Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), agora o Fundo de Asilo Migrações e Integração (FAMI).

Referiu que este Fundo vai alavancar as medidas de política pública. Uma dotação já aprovada por Bruxelas, no valor de 18 milhões de euros, que o ACM vai gerir dentro daquele que é o objetivo 2 do Fundo - o objetivo da migração legal, integração e capacitação. Existem ainda os objetivos 1 e 3 que não são geridos pelo ACM.

Referiu que o contrato com Bruxelas já foi assinado e nesta fase está-se a negociar com a entidade responsável - Secretaria Geral da Administração Interna - a abertura de quatro programas que vão permitir candidaturas de entidades. Prevêem-se a abertura de três linhas de apoio para breve.

A primeira para a criação de Planos Municipais, com a qual se pretende que o número de municípios com planos passe para um número maior. Há alinhamento de estratégias à escala central - ACM, PEM e Tutela - e à escala local, com os municípios. Tenciona-se, por isso, apoiar outros municípios a candidatarem-se a ter os seus Planos

Municipais. Por exemplo um Município como Sintra que já tem um Plano Municipal poderá candidatar algumas das suas ações/projetos a uma linha nova do FAMI que é a implementação de Planos. Uma boa novidade é que vamos financiar a implementação desses planos. Informou que não se quer excluir as atividades das Associações de Imigrantes, elas são também candidátáveis desde que façam parte do Plano. Considerou contudo, importante apostar numa lógica de organização da ação, evitando ações que não façam parte de um plano ou de uma visão integrada do território.

Há aqui uma dupla linha de ação: por um lado apoiar a construção de Planos para os Municípios que ainda não os têm; e uma segunda linha destinada à implementação desses mesmos Planos. Grande parte do FAMI, cerca de um terço do total do valor referido, será para este fim, o de apoiar a construção e implementação dos Planos. Teremos uma lógica bastante organizada e coordenada da articulação entre o nível central e local.

Uma segunda ação no âmbito do FAMI é um complemento ao PPT, cursos de iniciação ao português que vão ter três níveis: o nível de iniciação com 25 horas, onde se pretende um primeiro contacto com a língua portuguesa. Não se vai exigir uma entidade acreditada, desde que haja um formador competente com um currículo definido.

Haverá, também, um segundo nível, um pouco mais exigente, que é algo semelhante ao PPT, permitindo um exame final em qualquer Centro de Certificação.

No âmbito do FSE existem limitações nas regiões de Lisboa e Algarve - regiões com menor dotação - e, assim, consegue-se garantir o apoio.

Considerou ser esta uma área de extrema importância, tendo em consideração os cidadãos refugiados que estão a chegar ao território nacional e que falam diversas línguas. Com estes cursos poderão ter um contacto mais rápido e mais facilitado com a língua portuguesa. Uma espécie de um degrau intermédio para depois caminharem para o PPT.

Ainda na área do FAMI, informou haver uma área importante, que é a dos estudos. Estudos de investigação e avaliação de políticas públicas. E que a ideia é desafiar a Academia e também alguns Centros de Investigação para se candidatarem. Mencionou

que o apoio dos Conselheiros para sinalizar algumas prioridades de temas a investigar, tendo em conta a experiência no terreno, é também muito importante.

Mencionou poder-se concluir que o FAMI vai ter três grandes ações: uma grande e robusta para criação e implementação dos Planos Municipais; uma segunda para a iniciação ao português e uma terceira para os Estudos.

O FAMI será depois complementado com um outro programa do ponto de vista do Fundo Social Europeu - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) - que está em andamento, existindo já contratos de delegação de competências, mas não havendo ainda definição de prazos. Neste programa vamos alavancar a estrutura dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), o Programa Português para Todos (PPT) e o Programa Escolhas (PE).

Numa terceira área de financiamento, o Programa de Apoios ao Associativismo Imigrante (PAAI), mantem-se em tudo igual ao do ano passado, havendo, contudo, duas boas notícias: a de se poder complementar o PAAI com o futuro FAMI (desde que não financiem as mesmas atividades) e, a outra, com apoio da nossa Tutela, ter-se conseguido reforçar a dotação anual do PAAI deste ano. Sendo que no ano passado o PAAI tinha tido um financiamento de 100 mil euros, este ano terá um valor de 200 mil euros. Cremos que, se ninguém tiver nada a obstar, é aberto amanhã este “call” com prazo até ao final do mês de fevereiro, para que rapidamente possamos apoiar as Associações naquilo que é uma missão tão importante.

De seguida o Alto-Comissário apresentou o Vogal do Conselho Diretivo do ACM que se disponibilizou a colaborar com o Conselho no que fosse considerado necessário.

A Senhora Secretária de Estado tomou a palavra referindo a importância do PAAI e do trabalho desenvolvido pelas Associações de Imigrantes no terreno e enunciou como centrais questões como a educação e os projetos que no terreno se propõem trabalhar estas matérias, como o Programa Escolhas. Referiu que o aspeto territorial das Autarquias Locais é muito importante, mas não pode ser visto isoladamente daquilo que é o trabalho das organizações que estão no terreno, daí que o PAAI e o aumento do financiamento seja extremamente importante e central para o sucesso tido nesta área.

Quanto à questão da educação deixou três notas: no Programa Escolhas terem sido aprovadas 88 candidaturas por todo o país, com maior expressão em zonas de maior concentração urbana. Estas candidaturas terem uma novidade, abrir novamente em 2017, em vez de serem de três em três anos, o que aumenta a nossa capacidade de resposta às necessidades.

Outra novidade, a este propósito, é a possibilidade de levar este projeto além-fronteiras junto de jovens em comunidades portuguesas na Europa, isto é, a internacionalização do Programa Escolhas no Luxemburgo e Inglaterra e provavelmente também na Suíça.

Informou, igualmente, que o Gabinete vai iniciar trabalhos com o Ministério da Educação com um projeto de Rede de Escolas Interculturais que vai permitir trabalhar nas escolas a questão da interculturalidade. Vai ser desenvolvido um programa nacional de educação para a cidadania nas escolas. A ideia é que para além das competências que os alunos devem ter em inglês, português e matemática, também possam ter outro tipo de competências que transmitam valores e princípios de cidadania que serão definidos para cada nível de ensino.

O tema da interculturalidade é central na política de Governo, na medida em que se considera que uma sociedade mais inclusiva é uma sociedade em que os jovens têm mais competências culturais, sociais e pessoais para aceitarem melhor a diferença.

De seguida o Alto-Comissário passou a palavra aos Conselheiros para uma ronda de questões.

Na sua intervenção o conselheiro Timóteo Macedo começou por mencionar ter algumas reservas relativamente a várias questões. Por um lado mencionou que a cidadania tem sido muito esquecida ao longo dos anos. Por outro, referiu que no trabalho que se visa desenvolver a nível das autarquias locais, os operadores locais, não devem estar acorrentados a Planos Municipais. Referiu que as Associações de Imigrantes não têm recursos, estruturas, espaços físicos para trabalharem no terreno com as pessoas. Que as Associações concorrem em regime desigual com outras estruturas e que é importante existirem políticas de inclusão e integração efetivas. Cada vez há mais Associações

impedidas de concorrer aos fundos por falta de meios humanos e técnicos. Considerou que haver uma loja do cidadão em Sintra para todos - imigrantes e nacionais - é uma ótima lógica.

Que a aposta deve ser na mediação sociocultural em todos os serviços públicos (nos hospitais, na segurança social, na ACT, nas escolas, etc.). Mencionou ter na sua Associação cerca de 70/80 pessoas que diariamente pretendem marcação para o SEF (no caso em concreto Alverca) e que apenas estão a conseguir agendamentos para setembro e outubro. Mencionou que no Reagrupamento Familiar ainda há muitas restrições – que deveria terminar-se com a Portaria dos meios de subsistência dado haver muitos imigrantes que não conseguem o Reagrupamento Familiar por razões de ordem financeira. No que se refere aos direitos sociais considerou haver um esvaziamento do estado social na medida em que um trabalhador estrangeiro está a trabalhar, faz descontos, e quando fica desempregado, deveria ter direito ao subsídio de desemprego, mesmo em situação irregular. Outra situação mencionada foi a dos cidadãos estrangeiros que a receber subsídio de desemprego, o perdem, quando a sua autorização de residência caduca. Mencionou especificamente uma situação que está a ocorrer no Algarve e em Setúbal e agora no Alentejo, que diz respeito à recusa de inscrição na segurança social para efeitos de inscrição no nº2 do art.º 88 da Lei de Estrangeiros. Considerou que deveria ser retirada a discricionariedade do SEF na análise dos artigos 88 e 89 e que este último não está a funcionar. O SEF está a utilizar critérios não previstos na Lei. O art.º 88 tem que ser mais célere nos prazos de regularização. Por último considerou que deveria ser revista a Lei da Nacionalidade.

A Conselheira Helena Leal mencionou fazer sentido o enfoque na territorialidade, na complementaridade entre o nível central e local, e no trabalho conjunto desenvolvido pelas diversas entidades. Quanto aos refugiados, a adaptação da estratégia a novos perfis de migrantes é importante. Sublinhou que as políticas de integração portuguesas - apesar das limitações que existem - devem ser motivo de orgulho, por termos conseguido mantê-las apesar da forte austeridade e contrariamente ao que ocorreu

noutros países. Mencionou que o eventual retorno dos emigrantes portugueses só se conseguirá com maiores níveis de crescimento económico do país. Referiu ainda que, embora tenhamos muito para oferecer, temos de assegurar um equilíbrio entre medidas direccionadas aos jovens de comunidades portuguesas no estrangeiro e medidas focadas nos jovens qualificados que saíram do país. Enquanto representante de uma Confederação Patronal, reiterou não ter dúvidas de que só com políticas económicas de promoção do crescimento conseguiremos que esses jovens regressem.

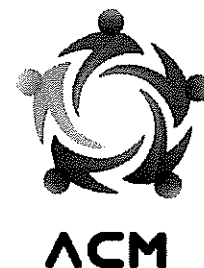
O Conselheiro Y Ping Chow mencionou haver vários problemas com a emissão de Autorizações de Residência para Investimento (ARI) e alguns dos casos serem graves dado haver vários empresários que precisam de sair e entrar no país e não terem a sua situação legal clarificada. Informou que Portugal está a ficar mal visto junto da China e que os casos urgentes precisam de resolução rápida.

O Conselheiro Carlos Vianna referiu-se sobretudo a três grandes problemas. Relativamente à recusa da inscrição de cidadãos estrangeiros na segurança social referiu a necessidade urgente de resposta do Estado. Considerou perverso que o nº2 do art.º 88 exija como requisito para a sua concessão a segurança social regularizada e a segurança social pedir, para a inscrição, a regularidade da situação. Informou ter conhecimento de vários estudantes brasileiros a quem o SEF está a renovar os vistos de turismo em vez de lhes conceder Autorização de Residência para Estudo, isto apenas com objetivos económicos. Estamos numa fase em que o Estado precisa de estudantes e se procura definir um estatuto de estudante internacional, mas que depois aplicam-se coimas e fazem-se exigências muito difíceis de cumprir. Mencionou que o SEF piorou a qualidade do serviço prestado no que diz respeito aos tempos de espera para agendamentos e nas chamadas para o *contact center* e isto numa fase em que houve diminuição do número de imigrantes. Quanto aos financiamentos considerou que o Governo optou pela estatização do acesso aos apoios financeiros, com a imposição da figura Municipal, numa fase em que os recursos são poucos, os programas europeus têm os recursos limitados e o estado precisa de financiar-se. Mas as entidades dependem, na

sua maioria deste tipo de apoio. Mencionou que o PAAI tem vindo a diminuir e que o estado tem cumprido muito pouco do que está na Lei sobre o Associativismo Imigrante. Considerou ainda que há uma subalternização crescente das Associações de Imigrantes como instrumento efetivo das políticas de integração.

O Conselheiro Carlos Fortuna referiu-se à importância do Conselho como uma espécie de termómetro nacional sobre o que podemos fazer em termos de políticas públicas sobre um grande problema que é hoje a questão dos refugiados e das migrações. Concordou com os principais aspetos mencionados pela Senhora Secretária de Estado e pelo Senhor Alto Comissário, contudo, referiu também concordar com o que foi mencionado pelos Conselheiros, com outra visão da cidadania que é preciso ouvir com atenção e saber desenhar as políticas públicas de acordo com aquilo que se sente realmente no terreno. Mencionou que as Universidades Portuguesas têm-se revelado territórios de reflexão democrática sobre diversas formas de desigualdade, deficiências da integração social e múltiplas formas de discriminação. Apesar dos avanços ocorridos nas Universidades, existem ainda sinais de que não estão devidamente preparadas para uma integral, democrática e efetiva integração dos estudantes internacionais. Mencionou que a Universidade de Coimbra, onde leciona, tem trabalhado estas áreas. Sublinhou como muito importante a questão dos refugiados e a capacidade do país na sua integração. Reforçou como importante o aproveitamento da posição periférica de Portugal - que não sofre tanta pressão como outros países – o que representa uma vantagem para se trabalhar nesta área. Sublinhou a importância do associativismo e das Associações de Imigrantes e outras, mas considerou que estas estão em desigualdade e, para a colmatar, devem ser apoiadas para não serem penalizadas no acesso e na utilização dos fundos europeus. É necessária uma efetiva capacitação das Associações para poderem concorrer em igualdade aos fundos europeus.

O Conselheiro Gerónimo David mencionou como muito importante os projetos na área da cidadania. Subscreveu as questões enunciadas pelo Conselheiro Timóteo Macedo por serem questões reais. Referiu que os filhos de imigrantes angolanos têm problemas com



/

os registos criminais de Angola. A exigência do registo criminal a cidadãos maiores que saíram ainda menores de Angola e não voltaram ao país não deveria ser exigido. Apesar de poder ser apresentado um requerimento, este tem de ser apresentado à Ministra da Justiça, pelo que deveria haver lugar a dispensa de apresentação do documento. O mesmo com os processos de nacionalidade quando se solicita o registo criminal de Angola a jovens nascidos em Portugal. Relativamente aos processos de candidatura considerou importante a ligação entre as autarquias Locais, ONG e Associações de Imigrantes e mencionou que as Associações ligadas às autarquias têm privilégios. Embora haja associações reconhecidas pelo ACM e outras não reconhecidas todas desempenham um trabalho de excelência na comunidade. Mencionou, ainda, que todas as Instituições dão “senhas de presença” por causa das deslocações e do tempo despendido nas reuniões e que também deveria receber.

A Conselheira Felismina Mendes referiu que há um desinvestimento no movimento associativo, que muito embora o financiamento para as Associações de Imigrantes tenha aumentado, não é suficiente, pois o movimento associativo não se faz com duzentos mil euros. As Associações trabalham basicamente com voluntariado e duzentos mil euros para mais de 140 Associações de Imigrantes não chega. Acrescentou que gostaria que houvesse propostas do Conselho para as Migrações para a revisão da Lei de Estrangeiros e para a Lei da Nacionalidade bem como melhorar a questão das provas de língua portuguesa. Mencionou, ainda, que os jovens nascidos em Portugal, filhos de cidadãos estrangeiros que cumprem pena de prisão superior a um ano em Portugal e que saem das prisões sem medida acessória de expulsão, não conseguem a sua reintegração, dado ficarem com as suas Autorizações de Residência caducadas e sem vias de regularização. Considerou existirem bloqueios no processo de atribuição do nº 2 do art.º88 da Lei de Estrangeiros, quanto à atribuição do RSI e nas situações de desemprego. Considerou que se deveria eliminar a exigência da certidão de contagem de tempo para efeitos de nacionalidade e mencionou que gostaria que o CM propusesse uma revisão da proposta de Lei do Estatuto do Associativismo dado dessa forma se poder dotar as Associações com verbas capazes de fazerem o seu trabalho e com alguma

independência face à contratação pública. Chamou também a atenção para as instalações do SEF de Setúbal pela falta de condições e meios humanos.

O Conselheiro José Reis disse falar na qualidade de atleta de alta competição e dirigente associativo que trabalha na área da reinserção social, nos serviços prisionais, e na qualidade de alguém que cresceu num bairro social, chamando a atenção para a importância das Associações de Imigrantes no terreno. As Associações de Imigrantes não nasceram por necessidade pessoal, mas sim para responderem a situações difíceis que necessitavam de intervenção. Mencionou que os Centros Educativos custam dinheiro e cada jovem é uma despesa e quanto mais cedo se fizer a intervenção maiores são as probabilidades de sucesso. A Associação não é constituída para dar lucro mas para fazer um bom trabalho, prestar um serviço ao próximo e deve atuar de forma concertada e, para isso, não devem faltar apoios. Mencionou que o desporto é um ótimo meio de inclusão e que os jovens dos bairros têm pouco acesso. Relativamente ao aproveitamento escolar mencionou que dificilmente se poderá exigir o mesmo rendimento a um jovem que vive num bairro, onde muitas vezes está fechado e sem acesso a apoios. Mencionou que se queremos a inclusão dos jovens temos que lhes dar ferramentas. Se queremos que em termos estratégicos os jovens venham a ser uma mais-valia temos que lhes dar as mesmas “ferramentas” que estão ao dispor dos jovens que vivem fora dos bairros. É importante que isto seja uma Estratégia Nacional.

A Conselheira Lina Varela demonstrou toda a disponibilidade para colaborar em todos os assuntos relacionados com a área da educação. Frisou a colaboração já estabelecida em diversas áreas, entre as quais salientou o Programa Escolhas e a Rede Escola Intercultural. Congratulou-se com o facto de a educação para a cidadania ser um assunto central para este Governo, área que tem sido trabalhada pela DGE desde 2012/2013 com referenciais para áreas específicas que, sem constituírem disciplina obrigatória no currículo, têm a possibilidade de constituir disciplina por oferta da escola, sendo áreas abordadas de forma transversal na educação para a cidadania. Acrescentou ainda que se está a construir uma base de dados de recolha de informação nas escolas para partilha.

Destacou por último o trabalho de colaboração que tem sido desenvolvido no Plano da Agenda Europeia para as Migrações.

O Conselheiro Manuel Correia iniciou a sua intervenção referindo que subscrevia todas as intervenções anteriores e que considerava fundamental a articulação e o reforço das Associações de Imigrantes.

Considera que a territorialidade é bem-vinda, trabalhar com as autarquias é bom, mas as Associações de Imigrantes não podem ficar sempre presas às Autarquias, é importante relacionarem-se, mas haver sempre uma certa liberdade. Quanto à territorialidade, referiu que o primeiro local onde os imigrantes se encontram inseridos é nas autarquias locais. No entanto, as Associações de Imigrantes não podem estar presas às autarquias, devem, contudo, com elas colaborar. Acrescentou ainda que uma grande parte da comunidade caboverdiana fala português e a questão da prova de língua portuguesa para atribuição da nacionalidade deveria ser repensada. Mencionou que ainda está por resolver a situação do acesso à nacionalidade para os cidadãos analfabetos.

Apesar das dificuldades económicas que o país atravessa é sempre possível articular com as Associações de Imigrantes para gerir as questões dos imigrantes. Terminou a sua intervenção felicitando Sintra pela loja do cidadão.

O Conselheiro Malam Gomes mencionou que a maioria dos dirigentes associativos tem o objetivo de apoiar todos aqueles que precisam, na base do voluntariado, e que ainda não viram o seu trabalho reconhecido. Chamou a atenção que uma reunião deste género também é assente no voluntariado e que faz com que percam um dia de trabalho. Saliu como muito importante a educação para a cidadania mas considerou que esta deve ir para além das escolas. Deve entrar noutros Fóruns, pois a escola também vai ter dificuldades, e terá de envolver pais, associações, etc. Mencionou como preocupantes questões como as relacionadas com a Lei da Nacionalidade e com os entraves à renovação das Autorizações de Residência, a realização de descontos para a segurança social sem depois ter acesso ao subsídio de desemprego e ainda a questão de haver

Associações que nada recebem pela dificuldade de aceder aos fundos. Considerou muito importante atribuir-se aos Conselheiros uma senha de presença.

O Conselheiro Eduardo Quinta Nova mencionou que as prioridades mencionadas pela Senhora Secretária de Estado são centrais para a Administração Central e para as autarquias Locais e para o tecido Associativo na área das migrações. Que a área da educação para a cidadania é muito importante, bem como o acolhimento e integração dos refugiados e as respostas no âmbito das migrações. Referiu que os Planos Municipais não são planos dos municípios mas de todos os parceiros públicos e privados. A ideia é todos se sentarem à mesma mesa e verem como cada um pode contribuir na sua área de intervenção. Mencionou haver uma monitorização com uma periodicidade trimestral, para que cada uma das entidades envolvidas possa avaliar o que cumpriu. Estes planos diminuem a duplicação de respostas e, quando as Associações se aliam, têm apoio financeiro para realizarem também as suas atividades. Considerou os Planos um importante instrumento político, que a todos integra, na fase de conceção bem como na de implementação. Considerou, no entanto, que as Associações devem ser apoiadas dado intervirem em áreas diferentes das autarquias com têm respostas humanitárias e próximas. Dando o exemplo do município de Sintra, mencionou haver rendas simbólicas para as Associações trabalharem, havendo, também, um fundo para a capacitação técnica aos parceiros estratégicos. Informou estarem em negociação com o SEF para a instalação dos serviços no Concelho promovendo um acolhimento de proximidade. Considerou importante criar-se um grupo de trabalho para se perceber os principais problemas com que as comunidades imigrantes se vêm confrontadas e o Conselho poder apresentar soluções para estes problemas. Mencionou que terá de haver uma escolha: vemos as comunidades imigrantes como uma mais-valia e as apoiamos ou as olhamos como um fardo e as empurramos para fora de Portugal. Salientou como aspeto importante que, com a entrada de refugiados, haja um paralelismo de tratamento, não se devendo investir apenas nestes cidadãos e esquecer os que já se encontram em território nacional.

O Conselheiro Carlos Patrício iniciou a sua intervenção referindo a importância do Conselho para as Migrações, considerando-o como um fórum muito enriquecedor. Referiu que sendo Portugal um país com boas práticas, é sempre possível melhorar. Considerou que a estratégia da territorialidade e os Planos Municipais são uma forma de cooperação reforçada e não implicam nenhuma espécie de abafamento das Associações de Imigrantes. Relativamente ao SEF de Setúbal concordou com a necessidade de melhores instalações e considerou também muito importante a instalação do SEF em Sintra. Esclareceu que os municípios têm uma postura central na recolocação de refugiados, tendo acrescentado que alguns elementos do SEF já se deslocaram à Grécia para colaborarem na identificação dos refugiados agilizando a sua recolocação. Considerou que os Programas do “SEF em Movimento” e o subprograma o “SEF vai à escola” têm desempenhado um importante papel de regularização quer das crianças, quer posteriormente dos seus pais. Considerou que o programa deve continuar e ser reforçado dada a sua importância como instrumento fundamental para a integração dos imigrantes. Ainda no âmbito do programa “SEF em Movimento,” ao nível dos estabelecimentos prisionais, onde o SEF tem já protocolos, devem analisar-se as questões de regularização dos imigrantes, para evitar que quando saiam do estabelecimento prisional não consigam a reinserção e posterior inclusão no mercado de trabalho.

Considerou necessário introduzir melhorias na capacidade de atendimento presencial e nos atendimentos via telefone e diminuir os tempos de espera. Sublinhou a importância do trabalho realizado pelos mediadores junto do SEF, considerando que o modelo deve continuar a ser reforçado. Mencionou haver um protocolo para a criação de uma Plataforma entre o SEF e as Universidades para desburocratizar a vida dos jovens estudantes internacionais em Portugal. Referiu que a questão da língua por vezes envolve a resolução de questões sensíveis e de difícil resolução mas é fundamental para a integração das diferentes comunidades. Mencionou haver cidadãos oriundos de PALOP que não falam português e era importante que as Associações de Imigrantes se empenhassem para que os cidadãos aprendessem português. Defendeu a manutenção da

prova, quer seja oral ou escrita. Quanto à questão das Autorizações de Residência para Investimento referiu que devido aos factos que ocorreram o ano passado, foi necessário proceder-se a alterações para descentralizar e acautelar situações. O objetivo é melhorar a forma de gerir o processo e a atribuição das Autorizações de Residência para Investimento, por esse facto, os processos sofreram atrasos na sua tramitação.

A Senhora Secretária de Estado tomou a palavra para proceder ao encerramento dos trabalhos da reunião, tendo referido, entre outros, os seguintes aspetos:

Agradeceu a presença e a participação dos Senhores Conselheiros na reunião. Salientou a importância deste tipo de reuniões dado aprender-se muito da realidade e da prática. Mencionou que no seu percurso profissional sempre foi uma pessoa de terreno e que respeita muito quem nele trabalha. Clarificou que a territorialização não visa privilegiar as Autarquias Locais em detrimento das Associações de Imigrantes mas sim trabalhar com as Associações e com as Autarquias Locais porque estas últimas têm uma responsabilidade administrativa dos territórios e devem assumir essa responsabilidade. Por outro lado mencionou que as Associações têm que fazer um trabalho na lógica municipal e não da Câmara Municipal, em rede e em parceria, para uma resposta com mais qualidade. Mencionou haver uma grande dispersão de respostas e que, nesse aspeto, o papel dos municípios é muito importante. Referiu, contudo, que o objetivo é apoiar as autarquias locais e as organizações/associações. Acrescentou que as candidaturas têm que ter uma lógica no terreno e é necessário olhar para dentro e perceber como é que os organismos públicos podem assumir um papel de apoio às políticas e não só às candidaturas. Aproveitou a ocasião para informar os representantes das Comunidades Imigrantes do interesse em reunir com todos brevemente e referiu que a questão suscitada sobre a articulação do nº 2 do art.º 88 da Lei de estrangeiros e a inscrição na segurança social está a ser tratada e irá pessoalmente empenhar-se na resolução do problema. Quanto à prova da língua portuguesa, considera ser importante manter-se, mas com a revisão de alguns aspetos. Reforçou o empenho em resolver os problemas existentes estabelecendo contacto com as outras tutelas envolvidas.

Relativamente ao valor disponibilizado para o financiamento das Associações de Imigrantes considerou que duzentos mil euros é um valor baixo, contudo, é um valor superior ao disponibilizado no ano anterior. Manifestou o intuito de manter o processo de melhoria, nomeadamente, na alteração da lei do registo das Associações de Imigrantes e conseguir respostas que as apoiem nos processos de candidatura. Terminou a sua intervenção referindo que se encontra disponível para reunir com todas as entidades representadas no Conselho.

Nada mais havendo a dizer ou informar, o Alto-Comissário deu por encerrada a reunião pelas 19 horas.

A Ata foi aprovada na reunião do Conselho para as Migrações, de 17 de maio de 2016.

Lisboa, 17 de maio de 2016

O Alto-comissário para as Migrações
Coordenador Nacional do Programa Escolhas



(Pedro Calado)